

Francisco Alves, uma editora sesquicentenária (1854-2004)¹

Aníbal Bragança (UFF)²

Resumo: Excetuando a Imprensa Nacional, a Francisco Alves é a editora mais antiga em funcionamento no país. Fundada como Livraria Clássica pelo imigrante português Nicolau Antônio Alves, voltada especialmente para o nascente público escolar da Corte, logo se tornaria uma livraria-editora de livros didáticos. Modesta em sua origem, a casa, sob a direção do sobrinho do fundador, Francisco Alves de Oliveira, transformou-se na primeira grande editora brasileira. Mesmo após a morte de seu titular, em 1917, continuou sendo por muitos anos uma das editoras mais importantes do país, presente até hoje na memória de gerações de crianças e professores que utilizaram seus livros. A comunicação visa situar a trajetória da Francisco Alves no contexto da formação da história editorial brasileira, no ano em que se comemoram os 150 anos de sua fundação, ainda em atividade.

Palavras-chave: Livro; história editorial; Editora Francisco Alves; Brasil: livros escolares.

Dentre as livrarias-editoras brasileiras criadas no século XIX, certamente a mais bem-sucedida foi a Livraria Clássica, empresa fundada em 1854, pelo imigrante português Nicolau António Alves, minhoto, natural de Cabeceiras de Basto, que havia emigrado para o Brasil, com 11 anos, em 1839.

A história dessa casa, que existe até hoje, e é a mais antiga editora em funcionamento no Brasil, pode ser comparada à do livreiro-editor espanhol Victoriano Hernando y Palacios, fundador da Casa Hernando, no ano de 1828, em Madrid, e de seu contemporâneo francês Louis Hachette, que fundou em Paris sua livraria em 1830 e, com a ajuda das encomendas do governo e da formação do sistema nacional escolar, transformou-se num gigante do mundo editorial francês.

Como essas, também a Livraria Clássica começou modestamente com suas atividades voltadas para o atendimento do mercado escolar e veio a tornar-se uma das maiores editoras do país.

Fundada na rua Gonçalves Dias (quando ainda se chamava dos Latoeiros), mudou-se posteriormente para a rua do Ouvidor. Seu crescimento insere-se nas transformações

¹ Trabalho enviado para o NP 04 – Produção Editorial, no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, no XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado na PUCRS, em Porto Alegre.

² Professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Autor de *Livraria Ideal, do cordel à bibliofilia*, 1999; co-organizador de *A profissão do poeta & Carta aos livreiros do Brasil*, 2001; co-autor de *Leitura, História e História da leitura*, org. por Márcia Abreu, 2000. além de vários artigos publicados em revistas especializadas do Brasil e Portugal. Autor da tese *Eros pedagógico: a função editor e a função autor*, 2001.

sócio-econômicas desencadeadas no Império, especialmente no Rio de Janeiro, com o fim do tráfico negreiro, em 1850. Durante toda a segunda metade do século XIX houve grandes investimentos nos transportes e nas comunicações, ampliação da estrutura mercantil e bancária, crescimento das camadas médias da sociedade e desenvolvimento do mercado interno. Paralelamente desenvolveu-se uma imprensa combativa e criaram-se, timidamente, novas instituições escolares, tudo isso se refletiu, finalmente, num aumento do público leitor e do mercado para o livro.

Mais ainda, foi importante, no período, a formação de uma mentalidade empresarial moderna, que paulatinamente impregnou as práticas comerciais, exigindo maior dinamismo e deixando para trás os tempos em que o sistema de privilégios e bons relacionamentos com os donos do poder contavam mais que visão e empenho empresarial, e comendas e honrarias valiam mais que lucros. Eram as novas idéias políticas, econômicas e filosóficas, de origem inglesa e francesa especialmente, que iam formando o mundo capitalista e burguês, mesmo num país escravocrata como o Brasil de então.

Francisco Alves de Oliveira, sobrinho de Nicoláo Alves, chegou de Portugal com 14 anos, em 1863. Foi um dos milhares de emigrantes jovens alfabetizados da província do Minho que partiram na época, sem a família, para o Brasil, com o objetivo de fazer carreira por seu próprio esforço numa economia de maior dimensão que a portuguesa, e onde sabiam existir muito mais oportunidades para trabalhar por conta própria ou para exercer uma vocação empresarial³.

Vinha com carta de chamada do tio e foi trabalhar na Livraria Clássica. Paralelamente continuou seus estudos no Colégio Vitório⁴. Após alguns anos, e depois de ter trabalhado como caixeiro em outra casa comercial, estabeleceu-se por conta própria com o negócio de livraria, na Rua São José, também no centro do Rio. Após três anos de uma experiência bem-sucedida, tendo conseguido acumular algum dinheiro, regressou a Portugal.

Em 1876, Nicoláo Alves, para atender ao crescimento da empresa, decidiu chamá-lo novamente, para trabalhar na Clássica, agora como sócio. Francisco atendeu a seu pedido e voltou ao Brasil, disposto a ficar definitivamente. Logo depois de chegar ao Rio de

³ Leite, 2000: 187.

⁴ Abreu, 1977: 58/9.

Janeiro pediu, e lhe foi concedida, cidadania brasileira. Passados seis anos, em 1882, o fundador, adoentado, decidiu afastar-se da empresa, entregando a direção a seu sobrinho.

Em 1894 Francisco Alves abriu uma filial em São Paulo. Três anos depois, adquiriria a parte de seu tio na sociedade e se torna o único dono da casa.

Na segunda metade do século XIX as lutas político-ideológicas, especialmente, em favor da Abolição da escravatura e pela República, criaram um ambiente que favorecia maior interesse pela leitura, de jornais e livros, oferecendo novas oportunidades para o setor, especialmente, para o de livros escolares, ao qual Francisco Alves mais se dedicou.

Na República, com uma sólida posição conquistada no país, com o sucesso de filial em São Paulo, tendo já adquirido e incorporado várias empresas concorrentes no Brasil, num processo de concentração empresarial que ocorreu na época em vários setores da economia, Francisco Alves expandiu seus negócios para a Europa, onde já mandava imprimir muitas de suas edições e de onde fazia grandes importações para suas livrarias.

Em 1902 admitiu como sócio minoritário o seu auxiliar, engenheiro Manuel Pacheco Leão, filho de Teófilo das Neves Leão, um velho professor e amigo, formando com ele uma parceria importante na expansão da editora.

Sobre esse momento pudemos ter acesso a uma carta manuscrita de Francisco Alves, enviada de Lisboa, em 15 de novembro de 1908, dirigida ao seu sócio Manuel Carneiro Leão⁵, nestes termos:

“Meu caro Maneco,

Recebi sua carta de 20 de outubro e por ella vejo que todos os seus estão bons (...)

.....

Tenho trabalhado muito aqui pela nossa casa e creio ter feito um bom negócio com a Editora; porque ficamos com o 1º estabelecimento editorial de Portugal em nossas mãos, como lhe expliquei na minha última carta pelo vapor inglez.

De hoje a 8 dias embarcarei para ahi pelo Chili e espero brevemente abraçá-lo e matar as saudades. Muito temos que estudar os vastos plano [sic] que tenho imaginado, e, apesar do medo [grifo de FA] que diz ter do crescimento da nossa casa; creio esse seu medo será passageiro, porque tenho notado com muita satisfação que já não é tão medroso como era.

Sei que V. não teria a coragem que eu tenho tido; mas reconheço que tem feito muito progresso em matéria de coragem: nos negocios (grifo de FA).

⁵ Reprodução em anexo.

Bem sei que V. nunca fará o que tenho feito –

1º quando comprei a parte do Magalhães, na nossa livraria, vendi para lhe pagar, os dois únicos prédios que eu possuía.

2º Quando comprei o prédio da rua do Ouvidor vendi 3 predios na rua do Regente e um na rua da Alfândega.

3º Vendi o prédio da Rua do Rosário para pagar uma prestação da parte de meu tio na nossa livraria.

4º Vendi o prédio da rua Uruguayana, quando V. veio para cá com o Lecocq.

É certo que V. não venderia um único [grifo de FA] prédio para metter o dinheiro na livraria!

Mas, a minha maior coragem não foi nenhuma destas aqui referidas; mas foi ter conservado o preço das edições da casa, feitas e contratadas a cambio de 27, quando o cambio deceu [sic] a 6 e menos. Nalguns livros perdia mais de 500 reis!!! Mas foi este um dos grandes motivos da grandeza presente da nossa casa.

O grrrrraande Garneir augmentou alguns livros para quasi do dobro [sic].

Não lhe escrevo mais, porque espero abraça-lo poucos dias depois desta carta chegar à sua mão.

Muitas recommendações a todos os seus e receba um grande abraço do

Velho amigo
Francisco Alves”

Este documento, até agora inédito, traz-nos com clareza o espírito empreendedor que tomara conta de Francisco Alves, com sua sagacidade diante da concorrência, e sua coragem empresarial, além da afetividade pelo seu jovem sócio, a quem estimulava a ser corajoso nos negócios e a não ter medo do crescimento da casa.

Foi dessa maneira que Francisco Alves se tornou o primeiro editor brasileiro a incorporar a seus negócios, com sede no Rio de Janeiro, livrarias-editoras da França e Portugal, invertendo o percurso dos seus contemporâneos europeus, como os Garnier.

Em 1907 fez uma outra sociedade com Júlio Monteiro Aillaud para assumir o controle da Aillaud, tradicional editora, livraria e tipografia francesa, de Paris, e, tendo o mesmo Aillaud como associado, além de seu já sócio no Brasil, Manuel Pacheco Leão, adquiriu, em 1908, a Livraria Bertrand, de Lisboa. Individualmente já havia adquirido em Portugal as editoras “Biblioteca de Instrução Profissional” e a “A Editora”, esta referida especialmente na carta acima. Trata-se da sucessora da casa David Corazzi, tradicionalíssima editora fundada em, que editava , ambas de

grande envergadura econômica e importância no mercado do livro de língua portuguesa, inclusive no Brasil

Em 1910 abriu filial em Belo Horizonte, na nova capital do Estado de Minas Gerais. Além das filiais, Francisco Alves credenciou livrarias-papelarias como depositárias em várias cidades brasileiras.

Como a Hachette, a Nacional e a Ática, Francisco Alves não se restringiu à edição escolar. Além de um extenso e variado catálogo de livros técnicos, jurídicos etc. fez edições literárias de grandes autores contemporâneos brasileiros, como Olavo Bilac, Raul Pompéia e Euclides da Cunha, e de estrangeiros, como Edmond de Amicis e Carlos Malheiro Dias.

Sua atuação como editor literário, embora sem a importância que teve como editor escolar, foi fundamental para o desenvolvimento da função autor no Brasil⁶. Ele, contrariamente ao que era habitual entre os editores de seu tempo, no Brasil, estabelecia contratos de edição, em que o interesse dos autores era respeitado, reconhecia-lhes o valor de seu trabalho, remunerando-os dignamente⁷, mesmo para os padrões atuais, além de cumprir de forma irrepreensível e pontual os seus compromissos. Sua importância em nossa história editorial faz dele o paradigma de livreiro-editor em nosso país.

Francisco Alves lançou as bases modernas da edição escolar no Brasil e chegou a ser conhecido como o “Rei do Livro”, mas a morte levou-o antes de completar 69 anos. Ao falecer o livreiro-editor deixou toda a sua imensa fortuna para a Academia Brasileira de Letras, então uma instituição que, apesar do prestígio que desfrutava, vivia em dificuldades financeiras permanentes.

Exigiu da Academia que promovesse concursos, para os quais já destinava fundos, para premiar os vencedores das monografias que oferecessem as contribuições mais originais para o desenvolvimento do ensino e da língua portuguesa no país.

Sua dedicação à causa da educação, seu eros pedagógico, também se manifestou como autor de vários manuais e de um famoso atlas de geografia para o ensino escolar.

⁶ Bragança, A. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”, *in*: Abreu, Márcia, org. *Leitura, história e história da leitura*. 1ª. reimp. Campinas: Mercado de Letras ; ALB, 2002.

⁷ Em carta dirigida a um amigo, o historiador português João Lúcio de Azevedo, Capistrano de Abreu afirma: “ainda não houve no Brasil quem desse tanto dinheiro aos autores”. Carta de 2.07.1917.

Livraria Clássica, depois Livraria Alves e, finalmente, Livraria Francisco Alves, a casa desenvolveu-se, alcançando o topo no universo editorial brasileiro. Paulo de Azevedo, o auxiliar que o sucedeu na direção da casa, seguiu-lhe os passos com muito êxito.

O livreiro-editor Francisco Alves e os direitos de autor

Numa das *Cartas Literárias*, sobre “Editores”, de 1895, o escritor Adolfo Caminha investe contra a espécie de autor que “não se incomoda muito com essa questão de brio ou dignidade litterária” e “tanto lhe faz que o editor lhe ofereça um conto de réis ou um níckel por sua obra”.⁸

A questão da função autor no Brasil, isto é, a da profissionalização do escritor, enquanto autor, nunca chegou a ser plenamente resolvida no Brasil. Desde o século XIX – e até hoje – como vimos com as palavras de Osman Lins – um dos escritores que seguiram uma tradição de luta pela conquista real dos direitos autorais que começou naquele século – a questão permanecia nos anos de 1970 e nada indica que tenha sido ultrapassada.

A razão principal, certamente, é não termos jamais conseguido constituir no país – em sentido amplo – uma sociedade letrada. A função editor chegou ao Brasil tardiamente, assim como mais tarde ainda chegou uma ação efetiva pela alfabetização popular – que talvez esteja acontecendo hoje. E, se isto estiver de fato acontecendo, não será uma simples coincidência. A mesma razão que agora se dá para alfabetizar e aumentar a escolaridade popular é que, sem isso, muitos trabalhadores estarão excluídos do mercado, não contribuirão para o aumento do produto interno e ainda poderão pesar nas despesas da previdência, do sistema de saúde ou ainda, das penitenciárias.

Afora a grande alfabetização ocorrida na Europa em busca da libertação pela fé, dentro dos preceitos da Reforma e do individualismo burguês, de estimular o acesso pessoal à palavra de Deus, impressa, que foi seguramente seu arranque inicial, o grande movimento de alfabetização do século XIX tinha, também, como um de seus fundamentos a preparação para o mercado de trabalho da época, além de preparar, dizia-se, para o exercício da cidadania.

⁸ Caminha, 1895: 147-156. Ver também Machado Neto, 1973: 80 e Lajolo & Zilberman, 1996: 79-80.

Não tivemos no Brasil dois outros fundamentos que moveram as campanhas de alfabetização e a criação pública e privada de escolas em todas as regiões e classes. Um, a crença iluminista – burguesa - no poder do livro como transformador dos indivíduos e das sociedades, na luta pelo progresso, pela razão, pela ciência e pela liberdade individual, contra o atraso, a ignorância e as trevas, incompatível com a manutenção da escravidão. Por outro lado, a função editor, pesquisando textos, editando livros e buscando leitores, onde eles pudessem estar. Tivemos poucos editores com o eros pedagógico de um Monteiro Lobato, de um Francisco Alves, de um Ênio Silveira, e tardiamente.

Porque somos um país nascido de uma colônia européia, estabelecida por um dos povos das penínsulas voltadas para o Mediterrâneo, onde foi mais lenta a alfabetização. Pelo sol, pelas praias, pelo mar? ou pelo poder de uma Igreja que tinha medo do livre arbítrio, da busca livre e pessoal do conhecimento e da iluminação, através do livro, da palavra impressa?

O certo é que até recentemente Portugal, Espanha, Itália e Grécia tinham índices sociais de alfabetização muito inferiores aos da França, do norte da Europa, inclusive do outro lado do canal. Além dos portugueses, as culturas indígenas e africanas, que foram responsáveis pela criação deste país, também não descobriram ou não foram descobertos pela palavra impressa. São outros seus saberes, seus horizontes, seus cotidianos. Não fosse a espoliação, que os tornou miseráveis, poderiam ter desenvolvido outras culturas, alternativas, criativas e felizes. “Que traz afinal a escrita a uma sociedade? Perfídia, violência e expoliação”, lembra Debray⁹, mas não só isso.

Assim, depois de três séculos em que a palavra escrita foi cultivada em canteiros de jardim, enquanto a oralidade e a tradição ocupavam as fazendas inteiras, chegou aqui a tipografia, quando já há muito fazia falta e era desejada, por uma minoria, certo, mas que fazia de tudo, inclusive correr riscos de ser penalizada, para ter acesso aos autores, aos textos, que longe faziam transformar países, reinos e pessoas, para o bem e para o mal, quer pela ciência quer pela fantasia.

E, quando se abriram as portas aos povos esclarecidos, industrialistas, empreendedores, ricos, o que eles queriam de nós? O que vieram aqui fazer? Desde o

⁹ Debray, 1983: 25.

processo da Independência, os banqueiros, os comerciantes, as coristas, o que queriam? As rendas da alfândega, o que restou do ouro, os lucros do tráfico marítimo, e vender tudo. Até livros, desde que lhes permitissem ficar ricos.

Como sempre, e em qualquer país, há um substrato comum, a partir daí surgem as diferenças, infinitas. Como as benesses e o mecenato do imperador não davam para muito, e a função editor era frágil economicamente, ou estrangeira, e, principalmente, o público não era em quantidade suficiente para dar sustentação a uma indústria editorial, o Brasil viveu todo o primeiro século de sua imprensa sem conseguir ter aquela instância de legitimação e consagração – e de receita - conferida pelas editoras e respaldada na aceitação das obras por um público amplo. No Brasil, como na América espanhola, a consagração advinda de ser um autor publicado pela Garnier, ainda que pagasse a edição, decorria muito mais de ter seu livro impresso na França. Grande França! Que mandava seus vendedores mundo afora colocar até onde pudessem os seus livros. Ao mesmo tempo, civilizando e ganhando dinheiro. Sina de Jano da função editor.

Na realidade só na segunda metade do século XIX o Brasil começou a constituir um público comprador de livros – como aliás a consolidar a sua vida urbana e o consumo interno - que permitisse o desenvolvimento de uma indústria editorial e de uma sociedade de autores. Elas nascem juntas, aqui. Ao contrário da Europa, poderíamos mesmo dizer que aqui são os escritores que reclamam uma função editor para serem alçados à função autor.

Quantas reclamações vemos da falta de editores! E quando os há, quanta reclamação por não pagarem seriamente os direitos que prometem! Formam-se sociedades de escritores, escrevem-se panfletos e crônicas...

Mas, como na Europa do século XVII e mesmo do XVIII, aqui também houve a busca do mecenato e de um patrão que pudesse aos escritores permitir continuarem a escrever sem precisar cobrar devidamente seus direitos... até porque os editores, poucos, pagavam. Aqui, Euclides da Cunha chamou de “lucros de ordem moral”, o que aspirava com a publicação de seu primeiro livro, *Os sertões*, editado pela Laemmert. Humberto de Campos, falava da “admiração literária dos seus pares, é que poucos desfrutam. É esta que um homem de letras deve cobiçar”. O que eram esses lucros de ordem moral?

Machado Neto que, em seu rigoroso estudo *Estrutura social da República das Letras*¹⁰ analisou a vida intelectual brasileira de 1870 a 1930, fala sobre as possibilidades, na época de Euclides, que se ofereciam aos escritores:

A remuneração, não tanto pecuniária, mas sobretudo psicológica que, na época - falta de outros recursos mais materiais e oportunidades profissionais mais efetivas -, correspondia a uma posição de destaque no mundo das letras, era, de fato, compensadora e atrativa. Ser considerado um literato, um homem de letras ou, mesmo, um jovem poeta de talento promissor era uma condição invejável, que rendia oportunidades de boas colocações diplomáticas ou magisteriais, por vezes até altos postos políticos nos três poderes da República.

Durante muito tempo – e Osman Lins ainda fala disso – os escritores tiveram no aparelho do Estado uma forma de obter o sustento que as letras não lhes asseguravam. Mas houve – e há ainda – os jornais, as revistas, imprensa periódica, e foram muito importantes para a profissionalização de alguns escritores. Se não formavam autores, ao menos permitia-lhes continuarem a escrever e a pagar a edição de seus livros.

Depois, e aí entra a figura séria e competente do livreiro-editor Francisco Alves. Como hoje ainda, no início do desenvolvimento de nossa sociedade de leitores, o fundamental em termos quantitativos era – e é – o público escolar. E naquele tempo o país precisava de autores para fazerem manuais de ensino e cartilhas para as escolas. Importamos, com as obras fancesas, também o mito da educação de que falou Certeau: era importante ter livros para ensinar; a cultura letrada se transmite lendo, tanto quanto a oral ouvindo.

E Francisco Alves conseguiu combinar uma relação honesta com os autores que lhe ofereciam – ou ele pedia, ou comprava de outros editores, falidos, como os herdeiros dos Laemmert, ou àqueles a quem faltavam horizontes e descortínio para fazer o livro chegar a milhares e milhares de pequenos leitores, como ele conseguia. Por isso, Francisco Alves foi o primeiro editor brasileiro a quem os autores levavam originais, que, quando lhe serviam, fazia logo um contrato, registrava em cartório de notas e pagava, na hora, e bem. Como aconteceu com Olavo Bilac e Coelho Neto. Conta Humberto de Campos¹¹:

¹⁰ Machado Neto, 1973: 187.

¹¹ Campos, 1954: 74.

Quando Bilac andava perseguido por Floriano Peixoto, precisou de dinheiro para fugir, e empenhou, para obtê-lo, todas as jóias da mãe. Ao regressar ao Rio, mas quando ainda vivia escondido, teve notícia de que as jóias iam ser vendidas em leilão, e pediu a Coelho Neto que o auxiliasse naquela emergência. Este foi ao Alves, e ofereceu-lhe um romance e um livro de contos escolares, à escolha. O livreiro preferiu o livro de contos e Neto, depois de lhe explicar a situação e de contratar a obra por quatro contos de réis, pediu-lhe um adiantamento da metade, levando-a a Bilac. Era uma terça-feira, e os originais deviam ser entregues até o fim da semana. Neto, que não tinha nem romance inédito nem livro de contos, preveniu Bilac, e sentaram-se, cada um na sua casa, a escrever contos sobre contos. Sábado, estava o livro pronto, e segunda-feira a Livraria Alves recebia os originais, pagando o resto da quantia estipulada. Desse livro, diz Humberto de Campos, havia o velho Alves tirado, até agora, 105.000 exemplares.

No entanto, o mais interessante é que, mesmo tendo pago um preço elevado (na mesma época Garnier adquiriu a Machado de Assis os direitos definitivos de todas as suas obras anteriores – quinze! - por oito contos) pelos direitos definitivos dos originais, e na hora, conta Humberto de Campos:

- Era um tipo curioso de usurário. Ainda hoje, de volta do enterro, [do livreiro editor Francisco Alves - a folha do *Diário Secreto* é de 29 de junho de 1917] Coelho Neto me contava que, todos os anos, pelo Natal, o Alves lhe enviava um conto de réis, e outro conto ao Bilac, como lembrança dos *Contos pátrios*, que escreveram de colaboração.

Poder-se-ia alegar, e tem sido feito, que Francisco Alves pagava bem aos autores porque eram livros escolares ou semi-escolares. Em parte, isso tem fundamento, pois ele pagava mais pelos originais escolares. Mas os originais literários ou os jurídicos ou outros, em qualquer comparação com outros editores, ele sempre pagava mais. E, principalmente, pagava, como se poderá ver pelos dados da tabelas seguintes.

Seria por liberalidade? Não, claro. Mas, por duas razões: a primeira, porque podia pagar, tinha caixa. E isso é uma característica dos bons editores, como diz Unseld, referindo-se ao empresário-editor:

O editor deve assegurar à sua casa um fundamento financeiro. As possibilidades de financiamento dos autores, financiamento de vendas crescentes de livros, única coisa que pode compensar o aumento das despesas; (...) A editora não é responsável apenas pela segurança de seus empregados, (...) é muitas vezes o destino material dos autores, dos tradutores, dos editores que lhe está confiado, juntamente com o dos sucessores e herdeiros dos autores, tradutores e editores.¹²

¹² Unseld, *op. cit.*: 50-51.

Em segundo lugar: Francisco Alves tinha uma política para os autores da casa: procurava quase sempre colocá-los como parceiros, inclusive nos lucros. Aliás, a parceria nos lucros foi a preferida nos contratos que estabeleceu com os autores. Ele assegurava a edição, fabricação e venda, e após o retorno das vendas que pagasse os custos gráficos: composição, impressão, papel, acabamento (apenas), o que excedesse seria dividido ao meio com os autores.

Mas há algo que uma pesquisa mais acurada poderá confirmar. Francisco Alves reeditava os livros que publicava. Isto, primeiro, prova que ele sabia vender (o que é reconhecido sempre), segundo, livro esgotado não ficava em falta no mercado. Isto representava lucro para o autor (moral e/ou pecuniário) e para o editor. A acumulação de capitais, na empresa editora, pode ter sua origem nas reedições. Ela significa custos menores que a primeira edição (especialmente), não só de produção como de propaganda e promoção. É quase como que o livro se venda por si mesmo, se ele é bem lançado. Pois o segredo está exatamente em saber escolher os originais, saber produzir os livros e saber lançá-los.

Francisco Alves pode também explicar a sólida situação financeira que alcançou por seguir a máxima de Adam Smith: “A sabedoria do enriquecimento: trabalho produtivo e frugalidade”,¹³ isto numa época em que

as sociedades modernas haviam conferido à riqueza material um estatuto moral. A riqueza teria se tornado, em si mesma, norma moral da vida social. A virtude burguesa tem expressão mensurável, e sua medida é a riqueza”.¹⁴

Na carta sobre “Editores”, citada, Adolfo Caminha denuncia os editores que “têm a coragem de oferecer duzentos, trezentos mil réis por uma edição de mil exemplares de qualquer obra litteraria feita a capricho, verdadeiramente boa, em cujas paginas fulgura o talento de um escriptor notavel”. E mais, afirmando que no Brasil “a profissão de escriptor é a mais desgraçada de todas as profissões”, conclama “aos moços de talento: não se deixem dominar pela sanguessuga, reajam contra a mystificadora influência dos editores,

¹³ Cit. por Cordeiro, 1995: 100.

¹⁴ Cordeiro, *op. cit.*: 97.

porque, ou elles procedem com equidade remunerando a intelligencia dos que trabalham, ou morrem de anemia profunda...”¹⁵

O romancista cearense havia publicado em 1893 *A Normalista*, em 1894 *No país dos Yankees*, e no ano de 1895, além das *Cartas Literárias*, o seu romance *Bom Creoulo*. As *Cartas*, sem indicação de editora, impressas, certamente por sua conta, na Tipografia Aldina, do Rio de Janeiro. Os demais pela Livraria Moderna, de Domingos Magalhães, tida por Hallowell como a principal editora de literatura na década de 1890.

Anteriormente, Adolfo Caminha havia publicado *Vôos Incertos* (1886) e *Judite ou lágrimas de um crente* (1887), ambos pela livraria de Serafim José Alves, a quem faz referência na mesma carta sobre os editores, ao comentar a sua reação ao saber da morte do editor Baptiste Louis Garnier, ocorrida em 1893:

Não chorei porque ... porque não tive a mínima vontade, como não choraria pela morte do Sr. Seraphim Alves ou de qualquer outros livreiro da rua de S. José, por mais honesto que fosse.

Embora seu biógrafo considere que o aspecto da atuação de Adolfo Caminha que mais notoriedade lhe deu, na época, foi “o panfletário, o escritor de tom polêmico”,¹⁶ sua veemência em denunciar a ganância aos editores certamente é decorrente de sua experiência pessoal.¹⁷

Desconhecemos as tentativas do autor que resultaram infrutíferas, entretanto, temos os dados referentes aos contratos dos três livros publicados por Domingos de Magalhães. Em 17 de março de 1893 o autor assinou o contrato para a primeira edição de *A Normalista*, de 1.000 exemplares, que lhe assegurava cem exemplares da obra e mais 10% sobre a venda do livro “caso a edição se esgote no praso de trez mezes a contar da data de seu apparecimento”; na cláusula 3ª ficava estabelecido que “O autor Adolpho Caminha compromette-se a não exigir mais exemplares da referida primeira edição em caso algum”.

O contrato para a edição de *No Paiz dos Yankees*, assinado em 15 de abril de 1894, estabeleceu que a edição seria de 2.000 exemplares e que o autor receberia a quantia de Rs 400\$000 (quatrocentos mil réis), pagos em duas prestações iguais, uma no ato da assinatura

¹⁵ Caminha, 1895: 56.

¹⁶ Ribeiro, 1957: 55.

¹⁷ É esta também a opinião de Machado Neto, 1973: 80.

e outra trinta dias após o “volume estar à venda”; isto além de 25 exemplares, que pela cláusula 3ª, “não poderão ser vendidos pelo autor”.

O contrato para a edição de *Bom Creoulo* previa a tiragem de cinco mil exemplares e foi assinado em 15 de outubro de 1894. O autor recebeu Rs 2:000\$000 (dois contos de réis), pagos em três prestações: duas de Rs 500\$000 cada e a última de Rs 1:000\$000, prevista para pagamento trinta dias depois de estar à venda o livro. Foi paga em 30 de dezembro de 1896, véspera da morte do autor, falecido antes de completar 30 anos.

Os contratos são fontes fundamentais para se conhecer aspectos importantes da política editorial. Mais do que isso, como afirmam Lajolo & Zilberman, eles “não só fixam a gama de direitos e deveres a serem negociados entre escritores e editores; eles registram o tratamento dispensado pela sociedade aos produtores de cultura”.¹⁸ A modernidade ou o atraso da nossa indústria editorial e, ao mesmo tempo, do lugar social do escritor poderão estar inscritos neles.

Para não incorremos no erro apontado por Adolfo Caminha é necessário conhecer as formas de remuneração praticadas na época, para discernir entre os editores que remuneravam dignamente, dentro das condições de seu tempo, daqueles que não o faziam.

Os dados das tabelas apresentadas a seguir podem ser confrontados com os das editoras concorrentes da Francisco Alves, pela consulta ao quadro “Remuneração do trabalho intelectual no Brasil (1820-1930)”, constante n’ *A formação da leitura no Brasil*, de Lajolo & Zilberman, onde aparecem alguns dados referentes a contratos da editora Garnier, dentre outros de grande interesse.¹⁹

Francisco Alves editou mais de 500 títulos, entre 1882 e 1916.²⁰ A seleção que fizemos não foi aleatória. Escolhemos 35 contratos que se referem a diversos tipos de obras, representativos de seu variado fundo: escolares, ficção, poesia, universitários, infantis, jurídicos etc. Incluem autores de nomes conhecidos e outros não tão expressivos. Além disto, os contratos estendem-se por todo o período de atuação do editor, além de representarem todas as formas habituais de contratos utilizadas pela casa.

¹⁸ Lajolo & Zilberman, 1996: 63.

¹⁹ Ver também: Machado Neto, 1973; e Bragança, 1997: 155-179.

²⁰ Francisco Alves faleceu em 29 de junho de 1917. A editora é a mais antiga em funcionamento no país.

Os dados apresentados referem-se a formas de contrato, tiragens, montante e condições de pagamento dos direitos autorais, preço de capa, além de indicarem, obviamente, os nomes dos autores, títulos das obras e datas de assinatura.

Para fins da apresentação em quadros, abreviaram-se as informações e, por isso, é indispensável a leitura do “glossário” de abreviaturas usadas.

Ao final, são tabelados os resultados da pesquisa para dar maior visibilidade aos dados apresentados. Acrescentam-se, em notas específicas dos quadros, informações adicionais pertinentes.

João Ribeiro, editor durante anos do *Almanaque Brasileiro Garnier*, de seu concorrente, e autor de inúmeras obras de poesia, filologia, história, escolares etc., lançados por vários editores, do Brasil e de Portugal,²¹ fez sobre Francisco Alves este depoimento:

.....
 Em mãos de outros ou nas minhas, gramáticas e compêndios nada valeriam e disso fiquei certo por algumas experimentações decisivas. Era o editor com o seu serviço admirável de propaganda, com o seu gênio e atividade que dava imensos valores a coisas insignificantes. Esta é a verdade. (...)

Ele pagava o meu trabalho e em melhores condições que outros quaisquer; e a isso juntava outras gentilezas e liberalidades que eu não encontrei jamais entre os seus concorrentes.²²

Estas palavras, escritas logo após a morte do editor, poderiam ser apenas homenagem ao falecido. Mas é possível confrontá-las com um bilhete²³ do autor, manuscrito, do mesmo ano, em que se dirige a Francisco Alves nestes termos:

Rio, 9 de fever. 1917

Snr. Alves

Recebi a conta corrente por onde vejo que, como amigo que sempre tem sido, fixou em 1:000\$ r. o meu trabalho de correção do *História*. É realmente uma quantia muito superior ao que, em consciência, o trabalho merecia. Assim muito agradeço o valioso obséquio que acaba de fazer.

.....
 João Ribeiro

²¹ Ver: Costa, 1998.

²² RIBEIRO, João. “Uma recordação pessoal”, *O Imparcial*, 2.7.1917. Rio de Janeiro, in Moniz, 1943: 87-95.

²³ Arquivo da Editora Francisco Alves.

A prática do editor que remunera dignamente os seus autores e tradutores indica muito mais do que eventual generosidade. Marca uma visão empresarial, moderna e pragmática. Tal política, reconhecida por todos que com Francisco Alves negociaram, expressa e é parte do processo social de profissionalização do escritor e do editor.

Como um retrato dos limites do mercado de leitores na época, que, em parte, permanece, os autores mais beneficiados foram os de obras didáticas e paradidáticas. Mas não só eles.

A relação de Francisco Alves com os autores, tanto de livros escolares quanto os demais, era correta e digna. Os contratos, além de demonstrarem respeito pelos escritores, eram cumpridos fielmente. Isso, aliado ao trabalho, dedicação e competência do livreiro-editor, fez da Francisco Alves a primeira grande editora *brasileira*.